

# NEWSLETTER DIGESTO N.º 14/2018

Disponibilização: 16 de julho de 2018

Período abrangido: 2 a 13 de julho de 2018



## DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

## Índice Temático

1. Administração Interna
  - Forças e Serviços de Segurança
2. Administração e Políticas Públicas
3. Agricultura
4. Ambiente
  - Ambiente e Conservação da Natureza
5. Cultura
6. Direitos, Liberdades e Garantias
  - Cidadãos com Necessidades Especiais
  - Estrangeiros
  - Igualdade e inclusão
7. Economia
  - Atividade Económica
  - Energia
  - Inovação e Empreendedorismo
  - Turismo
8. Educação e Ensino Superior
9. Finanças
  - Contribuições e Impostos
  - Finanças Públicas e Orçamento
10. Justiça
  - Justiça Constitucional

- 11. Mar
- 12. Modernização Administrativa
- 13. Regiões Autónomas
  - Açores
  - Madeira
- 14. Saúde
- 15. Solidariedade e Segurança Social
- 16. Trabalho

## **CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!**

**Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita**

## 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

### Portaria n.º 207/2018, de 12 de julho (Administração Interna)

Determina o aumento do período de férias aos militares da Guarda Nacional Republicana.

## 2. ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### Portaria n.º 194/2018, 4 de julho (Finanças)

Estabelece critérios para as aquisições de serviços de viagens e alojamento realizadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 30/2018, de 7 de maio, que estabelece as regras a que devem obedecer as aquisições de tais serviços no âmbito de deslocações em serviço público.

### Portaria n.º 201/2018, de 11 de julho (Administração Interna)

Fixa o número máximo de estágios por área temática para a primeira fase da 6.ª edição do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL).



### 3. AGRICULTURA

#### [Despacho n.º 6668/2018, de 9 de julho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação)

Fixa o montante da subvenção a atribuir às organizações de produtores pecuários pela execução dos programas sanitários aprovados para 2018.

#### [Portaria n.º 202/2018, de 11 de julho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (quarta alteração) a Portaria n.º 201/2015, de 10 de julho, e altera (terceira alteração) a Portaria n.º 229/2016, de 26 de agosto, que estabelecem regimes de aplicação das operações inseridas na ação n.º 3.4, «Infraestruturas coletivas», da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

#### [Portaria n.º 203/2018, de 11 de julho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (sétima alteração) a Portaria n.º 31/2015, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 3.1, «Jovens agricultores», da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», integrada na área n.º 2, «Competitividade e Organização da Produção», do PDR 2020.

#### [Portaria n.º 204/2018, de 11 de julho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (sexta alteração) a Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, que estabelece o regime de aplicação do apoio 6.2.2, «Restabelecimento do potencial produtivo», inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do PDR 2020.

[Portaria n.º 205/2018, de 11 de julho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (quarta alteração) a Portaria n.º 274/2015, de 8 de setembro, que estabelece o regime de aplicação das operações 8.1.1, «Florestação de terras agrícolas e não agrícolas», 8.1.2, «Instalação de sistemas agroflorestais», 8.1.5, «Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas», e 8.1.6, «Melhoria do valor económico das florestas», inseridas na ação 8.1, «Silvicultura sustentável», da medida 8, «Proteção e reabilitação dos povoamentos florestais», do PDR 2020.

[Portaria n.º 206/2018, de 11 de julho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (sétima alteração) a Portaria n.º 230/2014, de 11 de novembro, que estabelece o regime de aplicação da ação n.º 3.2, «Investimento na exploração agrícola», e da ação n.º 3.3, «Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas», da medida n.º 3, «Valorização da produção agrícola», do PDR 2020.

## 4. AMBIENTE

- AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

[Portaria n.º 190-A/2018, de 3 de julho](#)

(Ambiente)

Estabelece as regras para o cálculo da altura de chaminés e para a realização de estudos de dispersão de poluentes atmosféricos.

[Portaria n.º 190-B/2018, de 3 de julho](#)

(Ambiente)

Estabelece os valores limite de emissão (VLE) de aplicação setorial, os VLE aplicáveis a outras fontes não abrangidas por VLE de aplicação setorial, a metodologia de cálculo de VLE e teor de oxigénio aplicável à junção de efluentes e os VLE aplicáveis à queima simultânea de dois ou mais combustíveis.

[Despacho n.º 6742/2018, de 11 de julho](#)  
(Ambiente - Fundo Ambiental)

Altera o Aviso n.º 6147/2018, de 10 de maio, que aprovou o regulamento do programa «Apoiar a Economia Circular nas compras públicas (CIRCULAR - Compras públicas)».

[Despacho n.º 6811-A/2018, de 12 de julho](#)  
(Ambiente - Gabinete do Ministro)

Altera o Despacho n.º 730-A/2018, de 16 de janeiro, que determina as receitas previstas para o Fundo Ambiental em 2018.

## 5. CULTURA

[Despacho n.º 6508/2018, de 3 de julho](#)  
(Cultura - Gabinete do Ministro)

Aprova o Programa de Atribuição de Selo de Mérito Cultural a Livrarias.

[Despacho n.º 6544/2018, de 4 de julho](#)  
(Cultura - Gabinete do Ministro)

Fixa os quantitativos mensais dos subsídios de mérito cultural a atribuir no ano de 2018.

[Decreto-Lei n.º 57/2018, de 12 de julho](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Define o estatuto das orquestras regionais e estabelece as condições para a atribuição de incentivos pelo Estado ao desenvolvimento da sua atividade.



## 6. DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- **CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

[Portaria n.º 197/2018, de 6 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à regulamentação do Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro, que regula as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, prevista na Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas.

- **ESTRANGEIROS**

[Lei Orgânica n.º 2/2018, de 5 de julho](#)

(Assembleia da República)

Altera (oitava alteração) a Lei da Nacionalidade, aprovada pela Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, alargando o acesso à nacionalidade originária e à naturalização às pessoas nascidas em território português.

[Lei n.º 26/2018, de 5 de julho](#)

(Assembleia da República)

Altera (quarta alteração) a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada em anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, e altera (sexta alteração) o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, aprovado pela Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, para uma efetiva regularização do estatuto jurídico das crianças e jovens de nacionalidade estrangeira acolhidos em instituições do Estado ou equiparadas.

- IGUALDADE E INCLUSÃO

[Despacho n.º 6687/2018, de 10 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros e Finanças - Gabinetes da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e do Secretário de Estado do Orçamento)

Fixa os termos do relatório geral a elaborar pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género para efeitos do disposto no artigo 17.º «Orçamentos com impacto de género» da Lei do Orçamento do Estado para 2018.

## 7. ECONOMIA

- ATIVIDADE ECONÓMICA

[Decreto-Lei n.º 56/2018, 9 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro (quarta alteração); o Regime Jurídico do Capital de Risco, do Empreendedorismo Social e do Investimento Especializado, aprovado pela Lei n.º 18/2015, de 4 de março (primeira alteração); e o Decreto-Lei n.º 77/2017, de 30 de junho (primeira alteração), que cria medidas de dinamização do mercado de capitais, com vista à diversificação das fontes de financiamento das empresas.

- ENERGIA

[Diretiva n.º 10/2018, de 10 de julho](#)

(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Delibera aprovar, no âmbito da implementação do mercado intradiário contínuo, as novas redações do Manual de Procedimentos da Gestão Global do Sistema aprovado pela Diretiva n.º 8/2013, de 15 de maio, e do Manual de Procedimentos do Mecanismo de Gestão Conjunta da interligação Portugal-Espanha. 3. Aprovar a publicação de uma versão consolidada de ambos os Manuais com a totalidade dos Procedimentos.

- **INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO**

[Despacho n.º 6619-A/2018, de 5 de julho](#)

(Economia - Gabinete da Secretária de Estado da Indústria)

Aprova o Regulamento do StartUP Voucher aplicável às novas edições do StartUP Voucher.

- **TURISMO**

[Portaria n.º 196/2018, de 5 de julho](#)

(Economia)

Aprova o Regulamento do Incentivo a Grandes Eventos Internacionais através do Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema criado pelo Decreto-Lei n.º 45/2018, de 19 de junho.

## **8. EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR**

[Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.

[Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

[Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho](#)

(Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação)

Estabelece as regras a que deve obedecer a organização do ano letivo nos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

## 9. FINANÇAS

- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[Portaria n.º 195/2018, de 5 de julho](#)

(Finanças e Economia)

Define o conceito de setor tecnológico para efeitos do disposto no artigo 43.º-C do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho.

- FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

[Aviso n.º 8893-A/2018, de 29 de junho](#)

(Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E.)

Determina a emissão de uma série de Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável («OTRV julho 2025»), cujas condições gerais se publicam.

[Aviso n.º 9404-B/2018, de 11 de julho](#)

(Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E.)

Decide aumentar o montante da série de Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável («OTRV julho 2025»).

## 10. JUSTIÇA

- JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

### [Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 319/2018, de 10 de julho](#) (Tribunal Constitucional)

Declara inconstitucionais, com força obrigatória geral, as normas dos n.os 1 a 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro [regime jurídico em matéria de segurança contra incêndio em edifícios (SCIE)], tanto na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro, quanto na sua versão originária.

## 11. MAR

### [Portaria n.º 192/2018, de 3 de julho](#) (Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Mar)

Define as dimensões de captura das espécies aquícolas em águas marinhas ou de transição.

## 12. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

### [Portaria n.º 193/2018, de 4 de julho](#) (Presidência e da Modernização Administrativa, Administração Interna, Economia e Ambiente)

Regula a integração do sistema informático que suporta os procedimentos do regime jurídico da urbanização e da edificação com o Balcão do Empreendedor.



## 13. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Decreto Legislativo Regional n.º 8/2018/A, de 5 de julho](#)  
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Procede à criação do Conselho Económico e Social da Região Autónoma dos Açores.

[Decreto Legislativo Regional n.º 9/2018/A, de 5 de julho](#)  
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Define os termos da afetação dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa atribuídos ao Governo Regional dos Açores.

- MADEIRA

[Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2018/M, de 2 de julho](#)  
(Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)

Aprova execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2018.

## 14. SAÚDE

[Portaria n.º 191/2018, de 3 de julho](#)  
(Saúde)

Atualiza o programa de formação da área de especialização de imuno-hemoterapia.

[Despacho n.º 6556/2018, de 4 de julho](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina que em cada instituição do SNS deverá existir um núcleo/unidade/serviço de Nutrição e estabelece disposições sobre a organização e funcionamento.

[Despacho n.º 6634/2018, de 6 de julho](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina as ferramentas a utilizar para a identificação do risco nutricional, com vista à implementação, nos estabelecimentos hospitalares do SNS, de uma estratégia de combate à desnutrição hospitalar.

[Resolução da Assembleia da República n.º 165/2018, de 10 de julho](#)

(Assembleia da República)

Consagra o dia 15 de junho como Dia Nacional da doença de Huntington.

## 15. SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Decreto-Lei n.º 53/2018, de 2 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (quinta alteração) o Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, que estabelece o novo regime jurídico de proteção social na eventualidade de doença, no âmbito do subsistema previdencial de segurança social; altera (décima primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, que estabelece o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem; altera (quarta alteração) o Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade; altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 65/2012, de 15 de março, que estabelece, no âmbito do sistema previdencial, o regime jurídico de proteção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores que se encontrem enquadrados no regime dos trabalhadores independentes e que prestam serviços maioritariamente a uma entidade contratante; e altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 12/2013, de 25 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de proteção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores independentes com atividade empresarial e dos membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas.

**Decreto Regulamentar n.º 6/2018, de 2 de julho**  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (sexta alteração) o Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

**Lei n.º 27/2018, de 5 de julho**  
(Assembleia da República)

Altera (primeira alteração) o Decreto-Lei n.º 95/2017, de 10 de agosto, que regula a transferência para a Caixa Geral de Aposentações, I. P., do encargo financeiro com os complementos de pensão dos trabalhadores da Carris.

**Aviso n.º 84/2018, de 13 de julho**  
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Torna público que foi assinado em Lisboa, em 14 de setembro de 2012, o ajuste administrativo para a aplicação da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República das Filipinas, assinada em Lisboa, em 14 de setembro de 2012, cujo texto publica em anexo.

## **16. TRABALHO**

**Despacho n.º 6473/2018, de 2 de julho**  
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado do Emprego)

Altera (primeira alteração) o Despacho n.º 745/2018, de 17 de janeiro, que estabelece a lista de setores de emprego com atividade sazonal.

**Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail***

[Digesto@jurisapp.gov.pt](mailto:Digesto@jurisapp.gov.pt)

Muito obrigada pela sua sugestão